



**Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista**

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

ATA da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 16 de maio de 2025.

Brasília, 16 de maio de 2025.

2ª Reunião Extraordinária

Aos dezesseis de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir das 15:30, de forma virtual no MS Teams, ocorreu, com a condução de Jecinaldo Sateré (ASPAD-MPI/Secretaria Executiva do CNPI), a **2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**, que teve a seguinte pauta:

- Apresentação detalhada do GT de Reestruturação da FUNAI – por Mislene e Artur Nobre;
- Análise e aprovação dos Planos de Trabalhos das CTs (Câmaras Temáticas) do CNPI.

PRESENTES

Fizeram-se presentes nesta reunião extraordinária os seguintes: Artur Nobre Mendes, Cacique Savio Tabajara, Tayse Campos, Ana Luiza Delgado, Maria Augusta Martins, Sandro/ FLD – COMIN, Karina Gama, Cheyenne Mariana de Oliveira, João Pankararu, Giovana Acacia Tempesta, Marilda Oliveira de Brito, Marcilene Garcia de Souza, Eli Tupinambá, Rodrigo Morales Canez, Gustavo Vieira Peixoto, Luiz Antonio de Oliveira, Junior Wassu, Francisco Piyãko, Cleonice Pankararu, Lucas Wei, Renata Vieira – ISA, José Leonardo Maniscalco, Lindomar Santos Rodrigues, Milene Kanindé – SESAI, Ana Batista, Andrei Camargo Duarte, Brasílio Pripra, Cacique Tabajara – Apoinme, Diogo Souza – ISA, Fabiana Reis Martins, Fernando de Luiz Brito Vianna, Gilmar Veron, Guta, Inathan Gomes Santos, Jecinaldo Sateré-MPI, Joenia Wapichana (Presidenta da FUNAI), José, Jose Augusto Lopes Pereira, Keyciane Lima Pedrosa, Lúcia Alberta Andrade de Oliveira, Luiz Fernando Matchua, Luiza Tuxá, Marcilene Garcia de Souza, Maria Augusta Martins Rodrigues Torres, Mariazinha Baré, Marilda, Marilda Olivieira de Britto Cohen, Mislene – DAGES, Nathanael de Souza, Patricia de Melo Yamamoto, Rodrigo Morales Canez, Ronildo Rodrigues Matias, Sergio Fernandes Freitas, Tarik Argentim, Tayse Campos, Natanel/ITAMARATI, Giovana Acacia Tempesta e Vanderson Gomes de Brito.

Verificado o quórum para instalação da reunião extraordinária do Pleno, Jecinaldo Sateré/MPI inicia a reunião.

APRESENTAÇÃO DETALHADA DO GT DA REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI – MISLENE e ARTUR NOBRE

MISLENE METCHACUNA/FUNAI passa a palavra para JOENIA WAPICHANA/FUNAI para realizar a introdução à pauta.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI afirma que a apresentação dos trabalhos do GT da Reestruturação da FUNAI se encontra presente, desde a finalização destes, no site da instituição. A FUNAI disponibilizou todas as gravações das reuniões realizadas pelo GT e o link para tais documentos já foi passado por ela na última reunião.

Como informado na última apresentação de ARTUR NOBRE/FUNAI, a proposta de reestruturação organizacional já foi encaminhada para o MPI e para o MGI, e em sua última solicitação via ofício era de que a proposta fosse encaminhada para o CNPI também, destaca JOENIA.

Destaca também que a reestruturação é organizacional e não física, e que ela foi o resultado de uma necessidade de atendimento às ações do STF, as chamadas Ações de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs).

MISLENE METCHACUNA/FUNAI, dando seguimento à apresentação, ressalta que a proposta de reestruturação, foi focada, em além de atender as ADPFs, em atualizar a estrutura da FUNAI, de modo a mantê-la atualizada conforme os padrões atuais, e que o GT teve a participação de representantes indígenas, servidores da FUNAI e representantes do MPI.

Informa que no início do trabalho, não foi definido um teto para o aumento de pontos pelo MGI – que são a representação de cargos e funções – para o GT de Reestruturação se basear e trabalhar. Na proposta de reestruturação considerou-se também as alterações para funções de Coordenadores Técnicos Locais, Coordenadores Regionais e de Frente de Proteção, motivadas pelo entendimento da importância destes pelo GT e dos riscos e responsabilidades de tais funções em campo.

Com a atualização que a FUNAI teve, os pontos ficaram em 828,01 pontos, que foi o cenário considerado pelo GT para dar aumento. Durante a elaboração da proposta, houve discussões, e no fim, foi definido, no âmbito do governo, que seriam atendidos, da proposta sugerida pelo GT, cerca de 200 pontos para serem trabalhados. Assim na proposta final encaminhada para o MGI, os pontos trabalhados ficaram em 252,78 pontos. Atualmente a FUNAI está no aguardo da resposta do MGI, relata MISLENE METCHACUNA/FUNAI.

Seguindo, TAYSE CAMPOS relembra que o foco/objetivo principal da pauta é saber de todos os encaminhamentos realizados pelo GT da reestruturação durante os seus trabalhos, já que, até o momento só houve uma apresentação geral dos trabalhos do GT, afirma ela.

Em relação às ADPFs, ela destaca que seu questionamento era de saber de quais povos eram essas ações judiciais, para que o CNPI, pudesse realizar um comparativo e analisar se de fato as CRs foram instaladas somente em locais onde havia as ações. Neste caso, as ações deveriam ser disponibilizadas para o CNPI realizar tal análise, já que não houve discussão no CNPI e nem na abrangência da APOINME, relata ela.

Saber quais foram os critérios considerados (se político, judicial, decisão interna, etc) pelo GT da Reestruturação para a definição de instalação de CRs e CTLs foi outro ponto destacado em sua fala, vista, a existência de má distribuição de CTLs (ex: CTLs atendendo menos de 500 indígenas, várias CRs centradas em único estado, e estados sem CRs).

Como se deu a definição dos pontos, foi o questionamento realizado no Pleno do CNPI por ela, relembra TAYSE, assim como o relato de que a disponibilização de informação mais bem detalhada, com documentos, de como foi essa distribuição de pontos é muito importante para os membros do CNPI explicarem para suas bases, quando forem questionados.

JECINALDO/MPI passa a palavra para ARTUR NOBRE/FUNAI para dar seguimento a apresentação.

ARTUR NOBRE/FUNAI, sobre os questionamentos levantados por TAYSE CAMPOS, relata que no decreto de reestruturação não consta os critérios para a definição de localização de CRs e CTLs, mas somente os seus quantitativos, sendo que, a definição de localização cabe à Presidência da FUNAI. Relata-se também que o GT propôs a criação de 8 novas CRs e suas localizações.

O Relatório da Reestruturação da FUNAI foi repassado para a Secretaria Executiva do CNPI e, também, se encontra disponível no site da FUNAI relata ARTUR NOBRE/FUNAI.

As CRs propostas inicialmente para criação eram 16 (dezesseis) e foram analisadas por um subgrupo específico do GT. Destas dezesseis, foram aprovadas 8 considerando-se o critério geográfico: 1 (Uma) em Caracará - RR para atender exclusivamente o povo yanomami, 1 (Uma) em Eirunepé - AM para atender a caramelia do rio Juruá, 1 (uma) em Tefé - AM na região do médio Solimões, 1 (uma) em Santarém - PA na região do baixo amazonas tapajós, 1 (uma) em Teresina - PI para atender o estado que se encontra sem nenhuma unidade da FUNAI até o momento, 1 (uma) em São Luís - MA para atender o norte da região, 1 (uma) em Arco Verde - PE para atender o estado que não possui nenhuma CR, 1 (uma) em São Félix do Araguaia - MT para atender os indígenas da região da Ilha do Bananal e do entorno (em que esta seria uma substituição da CR de Ribeirão Cascalheira, não sendo uma nova CR, mas de carácter substitutiva) e 1 (uma) em Amambai - MS para reforçar o atendimento da FUNAI no estado. Na proposta, há também a criação de mais uma Coordenação de frente de proteção para o Rio Madeira - onde já havia uma antes - com sede em Porto Velho, relata ARTUR NOBRE/FUNAI.

ARTUR NOBRE/FUNAI relata também que não foram as ações judiciais que motivaram de fato o GT em suas propostas de CRs.

O GT da Reestruturação em suas propostas, propôs também a criação de novas diretorias, advindas da divisão das atuais diretorias finalísticas, assim sendo:

- A Diretoria de Proteção Territorial se dividiria em:
 - o Monitoramento Territorial e Povos Indígenas Isolados e o Exercício do Poder de Polícia;
 - o Regularização e Demarcação de Terras Indígenas.
- A Diretoria de Promoção e Desenvolvimento Sustentável se dividiria em:
 - o Política Social e Direitos Humanos;
 - o Gestão Territorial.

A necessidade de fortalecimento das CRs através de aumento de seu quantitativo, de melhoria de suas estruturas físicas e de aumento dos salários dos Coordenadores Regionais e de chefes de CTLs foram também as propostas englobadas pelo GT. A proposta de reestruturação representa 83,7% da atual estrutura da FUNAI somando no total 1.505 pontos.

O GT, então, conclui em seu relatório final, resumidamente:

- Que são necessários 1.506 pontos, sem que houvesse um limite de pontos definidos pelo MGI até a conclusão dos trabalhos;
- Vê-se a proposta como um plano, em vista de que o fato de aumentar a estrutura organizacional da FUNAI sem a garantia de orçamentos, de uma estrutura física inadequada/insuficiente (etc), não seria viável a sua implementação;

Finalizado os trabalhos, o GT da Reestruturação fez a entrega do relatório à Diretoria Colegiada, que realizou análises técnicas, e logo após, solicitou mudanças na proposta de modo a atender o normativo legal que trata da reestruturação. Assim, no dia 13 de dezembro/2024, a FUNAI encaminhou a sua primeira proposta mantendo as propostas iniciais de estrutura, embora com o quantitativo menor de pontos. Após isso, o MGI analisou a proposta e comunicou a FUNAI que ela deveria atender a um limite de aumento de 200 pontos.

Com tal limite definido, houve a necessidade de uma nova readequação. Feita a readequação foi encaminhado uma nova proposta ao MGI no dia 3 de abril contendo 252 pontos, com a proposta de criação de 7 unidades regionais de suporte, mantendo as diretorias inicialmente propostas e reduzindo-se a proposta de novas CRs de 8 para 4, e também reduzindo-se a proposta de pontos para o salário dos coordenadores de CRs e CTLs.

É esta a proposta de reestruturação, que representa um aumento de 33% da estrutura atual da FUNAI e que se encontra atualmente no MGI, destaca, finalizando a apresentação.

MISLENE METCHACUNA/FUNAI relata que colocou no grupo de Whatsapp o quadro atual da FUNAI, com todas as unidades e suas divisões, e a quantidade atual de pontos, assim como, a tentativa de readequação aos 200 pontos.

Tal proposta ainda se encontra em discussão pelo governo. Ela relata também que com o limite de 200 pontos, o GT buscou preservar o fortalecimento das unidades.

Em resposta a questionamentos de TAYSE CAMPOS, sobre os critérios considerados nas propostas, relata MISLENE que eles foram discutidos no GT buscando-se tomar decisões pela razão. Há cerca de 36 CTLs não instaladas por vários fatores limitantes, destaca também ela.

MISLENE relata a importância dessa reunião para que haja diálogos e discussões sobre as preocupações dos Conselheiros, e em vista de que dúvidas sobre o que fazer com as unidades que ainda não foram instaladas.

JECINALDO/MPI agradece a apresentação de MISLENE METCHACUNA/FUNAI, ARTUR NOBRE/FUNAI e de JOENIA WAPICHANA/FUNAI.

Inicia-se a sessão de perguntas/dúvidas e JECINALDO/MPI destaca que a pauta de reestruturação da FUNAI passou pelo CNPI e que o CNPI acabou pagando um preço muito alto devido à ausência de aprofundamento na discussão sobre o tema.

LINDOMAR SANTOS relata que foi um dos Conselheiros do CNPI que acompanhou e que numa reunião interna não houve tempo suficiente para se realizar debates mais aprofundados sobre a

reestruturação. Sobre as CTLs, ele destaca a importância para as comunidades que elas têm ao estarem próximas a elas.

LINDOMAR SANTOS propõem, como encaminhamento, marcar uma reunião presencial para um aprofundamento mais detalhado sobre a questão da reestruturação, com a participação de caciques, pajés e lideranças regionais, e assim, mostrar a estes a atual situação da FUNAI e debater o que pode ser feito, para que no futuro, no âmbito da comissão do CNPI, não se pague caro como tem ocorrido.

GUSTAVO, relata que muitos representantes de movimentos indígenas inscritos não compareceram durante a maior parte do trabalho do GT, o que deveria ter ocorrido. Destaca também que a reestruturação não é de corte – o que foi somente realizado durante o período da época do golpe da Dilma-, e que o MGI não foi claro e conciso na definição de um teto limite de pontos – sendo que primeiramente o MGI teria informado para trabalhar com 1.070,00 pontos (nível de 2016) e depois definiram um limite de 1.080 pontos -, assim como não está participando das reuniões do CNPI como deveria.

Relata que os 1.089,00 pontos, readequados pelo GT após a análise do MGI da proposta inicial de 1.505 pontos, são inadmissíveis, e que com essa proposta a FUNAI não está sendo reestruturada.

Ele propõe ao CNPI elaborar um indicativo apoiando a decisão do que a FUNAI definiu na proposta de 1.505 pontos.

Destaca também que o limite de teto de pontos atuais é inaceitável para garantir as funcionalidades da FUNAI e para cumprir as ADPFs. Em finalização, relata que diante deste limite de pontos, a proposta de reestruturação não seria de fato uma reestruturação.

JECINALDO/MPI agradece a fala de GUSTAVO.

TAYSE CAMPOS, em continuação da sessão, relata que está solicitando esclarecimento a sua organização sobre a participação dos representantes da APOINME nas discussões da reestruturação. Ela cita o fato de que os representantes do CNPI deveriam discutir com suas bases antes de tomar uma posição, o que não foi feito durante a reestruturação.

Ela relata que é preciso estar lutando para que as demandas da FUNAI sobre a reestruturação sejam atendidas em sua totalidade. Em relação ao Rio Grande do Norte, e considerando-se as apresentações atuais e anteriores sobre os detalhes da reestruturação, assim como nas falas de Artur e de Mislene, não foi considerado a situação do Estado (como a violência com os povos indígenas do estado e a existência de ações judiciais na FUNAI relacionadas a demarcação de Terras Indígenas) nas decisões de reestruturação, relata.

Na época em que houve golpe com o fechamento de 51 Coordenações da FUNAI no Brasil, o Rio Grande do Norte foi o único estado que teve a sua coordenação reaberta devido a luta - com presença de violência por parte da polícia - do povo indígena ao fechar o aeroporto, em que, a luta foi finalizada somente quando a CTL de Natal foi reaberta. Para o atual funcionamento da CTL de Natal, as lideranças indígenas na época reuniram-se com a FUNASA para obter uma sala para a

FUNAI, já que a FUNAI na época afirmava que não havia recursos para pagar o aluguel e que iria fechar a CTL, relata. Assim o povo indígena do Rio Grande do Norte fez um acordo com a FUNASA para que a CTL de Natal pudesse funcionar em seu prédio.

Diante das lutas territoriais e da violência, destaca ela a sua indignação pelo fato de que o Estado do Rio Grande do Norte não foi citado no relatório do GT da Reestruturação. Assim, relata, que fosse apagado a luta e a identidade de um dos povos do estado do Nordeste. Ela relata também que o estado não possui TI demarcada, que as lideranças são ameaçadas de morte, que há invasão do agronegócio, da cana-de-açúcar e do turismo, e que só há uma CTL da FUNAI para atender todo o estado que possui mais de 22 aldeias, 15 municípios e uma extensa área – cenário que não foi considerado nas propostas, nem para ampliar uma CTL, nem para fortalecer a atual e nem para a CR da FUNAI.

Sobre o fato de citar “decisão judicial”, relata ela, que tal informação veio da própria FUNAI. Quando foi questionado “por que o Rio Grande do Norte (RN) não foi apresentado como local para CR?”, a pessoa afirmou que “a CR iria só para onde têm decisão judicial”. Essa afirmação partiu da própria FUNAI reforça ela.

Destaca ela, que a FUNAI e todos os que compuseram o GT da Reestruturação apagaram ou nem citaram o Rio Grande do Norte como local para o fortalecimento da FUNAI.

TAYSE CAMPOS realiza os seguintes questionamentos:

- se é fato ou não que a quantidade de CRs baixariam de 8 para 4, como informado na fala de Artur;
- se, considerando a atual distribuição de pontos, não seria possível reorganizar tais pontos para se criar uma segunda CTL no Rio Grande do Norte ou para se criar uma CR no estado;

Relata em sua fala final, que é preciso convocar o MGI para esclarecimentos acerca dos pontos e solicitar um aumento destes para que FUNAI possa executar as suas atividades.

MARIAZINHA BARÉ dá seguimento. Ela relata que não se pode apegar a números de cenários anteriores sendo que a realidade atual é bastante diferente, com um aumento significativo de indígenas no Brasil e de TIs.

Relata, que o que o MGI está propondo é insuficiente, e que o CNPI possa rever os pontos de modo a ter uma quantidade de pontos factível à realidade da FUNAI. Destaca também, que enquanto movimento indígena, não se pode desistir de lutar e aceitar a redução dos pontos, e que por isso, é preciso continuar trabalhando na ampliação dos pontos.

Ela questiona se em relação ao quadro de equipe, para a proposta de novas CRs e CTLs, está sendo considerado o mínimo de profissionais.

JECINALDO/MPI passa a palavra para CACICA DORINHA.

Ela destaca a importância da reestruturação para os povos indígenas, mas que tenha a participação das bases. Em Recife, há um prédio da FUNAI com servidores que não atendem o povo de

Pernambuco e que por isso é necessário rever esta questão. Em relação a CTLs, é preciso que elas tenham condições de realizar os atendimentos e sejam viáveis para o trabalho dos chefes de CTL, sendo que o carro da CTL está parado há mais de um ano e a população tem que usar o seu próprio transporte e arcar com outras despesas.

Relata também que não se pode deixar nenhum povo desamparado, e que por isso, é preciso rever os estados que não estão sendo contemplados com a proposta de reestruturação, levando-se em conta as diferenças entre os próprios povos indígenas. Em relação a criação de CTL (que pode ser em Arcoverde), relata que é necessária no estado de Pernambuco, devido a uma grande quantidade de população indígena com presença de diferentes etnias, e que o povo está “sofrendo muito” diante deste contexto.

JECINALDO/MPI passa a palavra para FRANCISCO PIYÃKO/CONSELHEIRO ACRE.

FRANCISCO PIYÃKO/CONSELHEIRO ACRE destaca a necessidade de formular um encaminhamento levando em consideração a participação das bases para que haja uma distribuição melhor das CRs.

Questiona como se pode fazer para reavaliar a proposta do GT e como seria o compartilhamento das informações, já que, o modo como ocorreu a proposta de criação de CRs deixou outros lugares de fora. Relata a preocupação que há em como é que as novas informações sobre os seus territórios serão encaminhadas, assim como seriam coletadas.

JECINALDO/MPI passa a palavra para JOSÉ BAGAJA/SEGUNDO SUPLENTE DE MARIAZINHA.

Destaca que a maioria das CRs estão sucateadas e que a quantidade de pontos não representa o desejo dos Conselheiros. No Amazonas há regiões que não são atendidas pela FUNAI, por isso a proposta de reestruturação deveria ser de pelo menos 60% da estrutura. Sobre a proposta, relata também que há a cobrança por parte das bases e que não se sabe quem é que participou do GT. Sobre a atual proposta há o descontentamento tanto por parte das bases assim como dos próprios funcionários, relata.

JECINALDO/MPI passa a palavra para BRÁSÍLIO PRIPRA/CONSELHEIRO REGIÃO SUL.

Relata a importância da conversa e que no momento não se deve culpar ninguém para a decadência da FUNAI, mas que é o momento do povo se unir, e se, possível, fazer uma conversa com a Presidência da República. Relata também que é necessária uma discussão conjunta sobre a melhoria da FUNAI para que assim, ela esteja bem estruturada para atender melhor os povos indígenas.

Em último, destaca que é da coletividade na busca da melhoria da FUNAI para que ela possa atender melhor os povos indígenas do Brasil.

Seguindo, ANA BATISTA/CONSELHEIRA TERENA e SUPLENTE DO VEREADOR SÉRGIO, relata que a FUNAI-MS precisa ser urgentemente reestruturada.

No estado, havia sido solicitado a criação de novas CTLs, e para isso o MPI poderia dar o seu apoio, assim como os políticos, relata. Deveria haver também uma melhoria no pagamento de salários de chefes de CTLs, considerando os seus esforços para garantir as melhorias para os povos locais. Diante dos cenários em que há poucas CTLs no estado, relata ela, que é preciso pedir ajuda para o governo (estadual e federal) e para os políticos, de modo geral, para que a situação da FUNAI melhore.

JECINALDO/MPI encerra a sessão de dúvidas e perguntas e passa a palavra para JOENIA WAPICHANA/FUNAI.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI agradece os comentários e as necessárias visões críticas dos Conselheiros; relata que quando foi criado o GT, a ideia era, ter tais discussões discutidas na atual reunião, e lamenta o fato dos representantes não levarem estas questões de reestruturação para as suas bases. A presidenta relata também que havia deixado uma orientação para que os membros do GT pudessem e devessem discutir regionalmente sobre estas questões para que isso constasse nos relatórios.

No GT foi acordado como base que não fosse reduzido nada e que fosse recuperado aquilo que tinha sido tirado. Atualmente, o relatório do GT está finalizado, mas o trâmite do processo da reestruturação ainda está em andamento, sendo que não se sabe se os 200 pontos propostos irão ser aprovados, já que no governo há outros setores que querem os pontos também, relata a presidente.

Seguindo, relata que é necessário buscar sempre o equilíbrio/igualdade em relação à criação de CRs, para que haja uma melhor distribuição delas. JOENIA WAPICHANA/FUNAI reforça que a FUNAI não está abandonada e que houve um aumento de orçamento, mesmo que pouco, para o funcionamento de CRs e CTLs.

Destaca a Presidente também, que é necessário avaliar os representantes de CRs e CTLs em vista de não conseguirem desenvolver projetos e nem plano de trabalho para requerer orçamentos, já que a FUNAI trabalha com esta lógica.

Sobre o Conselho Deliberativo, é preciso que haja uma discussão maior para que não ocorra de as bases realizarem críticas afirmando a falta de consulta. Relata a presidenta também que se a proposta de reestruturação não for atendida, que seja alterado o nome “reestruturação” para “reestruturação 1, reestruturação 2, etc”, já que os atuais pontos são para atender também as ADPFs.

Como encaminhamento, sugere a presidenta: fazer uma reunião com os membros do CNPI em cima do relatório para que eles possam se debruçar com mais tempo e mais atentamente.

Relata também que o governo tem que realizar uma medida provisória para aprovar os pontos e por isso, a FUNAI tem que lutar ainda para que os atuais 200 pontos não sejam reduzidos. Assim, relata que a reestruturação não será do jeito que os representantes indígenas queriam visto os limites de pontos definidos. Ela relembra também que a reestruturação em discussão é organizacional e não física.

Propõe então como encaminhamento que tenha uma reunião com o MGI e com a Casa Civil sobre os pontos, considerando-se que não se trata de apenas readequar, mas de levar em consideração que há pessoas que dependem destes pontos.

Destaca também aos conselheiros que a FUNAI é uma instituição de governo que possui leis e estatutos a serem cumpridos e por isso não pode ser vista apenas como um passaporte para a aposentadoria.

Em relação a CTLs, relata que a FUNAI irá propor uma análise de quais funcionam e quais não funcionam, pois há CTLs que não estão funcionando de fato e outras que atendem a aldeias de forma desigual.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI passa a palavra para ARTUR NOBRE/FUNAI complementar a apresentação e responder aos questionamentos feitos.

Assim, relata que em relação aos pontos, a FUNAI possui atualmente 828 pontos, sendo que quando o GT começou eram 819 pontos. A atual proposta que está na mesa do MGI é de 1.080,00 pontos, tendo 70 pontos acima ainda da maior pontuação que a FUNAI já teve – que foi 1.017,00 pontos no ano de 2012 –, por isso não houve uma redução de pontos na atual reestruturação já que ela segue com quantidade de pontos maior do que os últimos pontos que a FUNAI já teve (1.017,00 pontos), relata ARTUR.

Artur relata também, que o GT descartou a proposta de representações estaduais da FUNAI por meio de superintendências, sendo mantida o modelo atual de criação de CRs e CTLs. Com relação ao número de CRs propostas, a proposta atual aumenta em 4, sendo que a FUNAI reduziu esta quantidade de 8 para 4, mas ainda assim, foi mantido o aumento delas. A localização destas 4 CRs não está na proposta, já que no decreto não será contemplado o local delas, e que esta decisão cabe à direção da FUNAI, considerando-se os locais estratégicos com maior impacto/necessidade, relata.

A FUNAI pode realizar o remanejamento de CRs e CTLs caso seja necessário, destaca ARTUR finalizando a fala.

JECINALDO/MPI passa a palavra para LÚCIA ALBERTA fazer suas considerações.

Ela destaca que a proposta de reestruturação está sendo feita de forma transparente com todos, diferentemente das outras que ocorrerão no passado, e propõe pensar em uma estratégia do CNPI para fortalecer a FUNAI, em vez de discutir como foi distribuído a questão dos pontos.

JECINALDO/MPI dá seguimento e relata que é preciso aproveitar o produto do GT, o que ficou claro para os Conselheiros, mas que ainda não seria suficiente para expressar o verdadeiro retrato do fortalecimento da FUNAI. Por isso, o Conselho precisa avançar para os próximos passos.

Sobre a proposta do Conselheiro BRÁSÍLIO PRIPRA de uma reunião com o Presidente Lula, relata que é algo importante e decisivo, mas que para isso ocorrer o Conselho precisa antes passar por etapas (como discutir com as CTs e a necessária reunião das bancadas), e sugere também ao CNPI

colocar em seu plano uma solicitação de reunião com o Presidente. Sugere que nesse sentido a CT 2 seria a mais apropriada para tratar desta questão.

JECINALDO/SECRETARIA EXECUTIVA CNPI apresenta como proposta ao CNPI:

- CT 2 se apropriar e inicialmente de se debruçar sobre a proposta de solicitação de reunião com o Presidente acerca da reestruturação da FUNAI;
- CT 2 realizar reunião presencial com o MGI, FUNAI, MPI e com a Casa Civil – (Prioritária e Urgente);
- Realizar uma reunião mais ampliada com os membros do GT da Reestruturação e com os Conselheiros do CNPI;
- Em seguida, realizar outra reunião mais ampliada com a Casa Civil e outros.

Relata também a necessidade de se debruçar sobre o relatório do GT da Reestruturação.

LUCIA ALBERTA, em relação as propostas dadas à CT 2, relata a necessidade de envolver mais pessoas já que na atual CT há poucos membros e, também, rever melhor os encaminhamentos com o CNPI. Relata também conferir com a Secretaria Executiva se há recursos para trazer as pessoas para a reunião presencial com os órgãos do governo.

JECINALDO/MPI relata a importância de na reunião de agosto, o CNPI tenha um posicionamento claro, coerente e embasado sobre o processo da reestruturação da FUNAI.

GUSTAVO dando observação nos encaminhamentos relata que se está formando uma comissão geral das CTs do CNPI que na reunião com a FUNAI, MGI, CASA CIVIL e Articulação Institucional-CRI demonstre que a CNPI vê insuficiente os 200 pontos dados, de modo que se obtenha pontos maiores visto que os atuais representam apenas a estrutura anterior da FUNAI. Relata também que o CNPI possa dar o seu apoio em relação a melhoria dos pontos.

Sugere também a CT 2 ser a responsável por esta questão juntamente com a participação de outros membros de outras CTs.

JECINALDO/MPI agradece a fala de GUSTAVO, resumindo que a proposta final de encaminhamento seria a criação de um GT misto/ CT Mista sob a coordenação da CT 2.

FRANCISCO relata que está de acordo com as propostas e sugere primeiramente chegar a alinhamento com as CTs e fazer um debate com aqueles que resistem. Assim sugere fazer um grupo inicial das CTs para fazer um nivelamento. Sugere não deixar nenhuma proposta de fora e construir um formato que seja construído de forma conjunta.

NATANAEL/ITAMARATY destaca a resiliência da FUNAI diante de vários acontecimentos e governos ao longo de décadas, e que, há esforços de outras instituições para que a FUNAI continue sendo resiliente, mesmo diante de críticas e rumores políticos. Relata que a FUNAI é um exemplo de instituição governamental mais democrática dentro do cenário político brasileiro, e que, em vista a proximidade do período eleitoral, é importante “armar” ela para que continue resistindo e defendendo os direitos dos povos indígenas.

GIOVANA ACACIA TEMPESTA/ CASA CIVIL relata que irá encaminhar os pontos relacionados à reestruturação da FUNAI para a Secretaria de Articulação e Monitoramento-SAM responsável por esta questão; relata também que a antiga responsável, Débora, mudou de secretaria.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI agradece a fala de NATANAEL.

JECINALDO/SECRETARIA EXECUTIVA CNPI faz os seguintes encaminhamentos finais:

- Formar uma câmara mista/ CT Mista (1 membro de cada CT e outros com interesse), com a coordenação da CT 2 sobre a pauta da reestruturação, com a realização de reuniões presenciais, debruçando-se sobre o relatório do GT da Reestruturação;
- Secretaria Executiva do CNPI solicita às CTs a indicação dos membros que irão compor a CT Mista e encaminha a CT2;
- 3ª Reunião extraordinária no dia 30 de junho (a partir das 15:00 hrs – Horário de Brasília), sobre a pauta “Análise e aprovação dos planos de trabalho das CTs do CNPI” e o tema “Cotas/Candidaturas Indígenas no TSE” da CT 2.

JECINALDO/MPI agradece os presentes e encerra a reunião.

ANÁLISE e APROVAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHOS DAS CTs (CÂMARAS TEMÁTICAS) do CNPI

Fica definido pela SECRETARIA EXECUTIVA CNPI que esta pauta, em vigor do esgotamento do tempo, fique para o dia 30 de junho (a partir das 15:00 hrs – Horário de Brasília).

ENCAMINHAMENTOS

- Formar uma câmara mista/ CT Mista (1 membro de cada CT e outros com interesse), com a coordenação da CT 2 sobre a pauta da reestruturação, com a realização de reuniões presenciais, debruçando-se sobre o relatório do GT da Reestruturação;
- Secretaria Executiva do CNPI solicita às CTs a indicação dos membros que irão compor a CT Mista e encaminha a CT2;
- 3ª Reunião extraordinária no dia 30 de junho (a partir das 15:00 hrs – Horário de Brasília), sobre a pauta “Análise e aprovação dos planos de trabalho das CTs do CNPI” e o tema “Cotas/Candidaturas Indígenas no TSE” da CT 2.